



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

O projecto de construção das habitações públicas na Rua Central de Tóí San, que faz parte do plano de construção das 19 mil habitações públicas cujo concurso público teve início em Junho de 2011, tinha um custo estimado de 460 milhões de patacas e uma duração de 755 dias. Esta obra abrange essencialmente a construção de habitações sociais para idosos, mercado municipal, instalações sociais, parque de estacionamento público e terraço de lazer. Efectuando-se a respectiva contagem, o prazo terminava em finais do ano passo, no entanto, até ao momento, segundo revelou o Instituto de Habitação (IH), as obras estão ainda em fase de cravação de estacas. Passei várias vezes pelo local das obras e reparei que as portas do estaleiro estão trancadas e o que mais parece é que as obras foram suspensas. O local onde decorrem as obras parece um estaleiro abandonado.

O referido plano prevê a construção de 578 fracções, de entre as quais 310 são estúdios e 268 têm um quarto e uma sala de visitas. Desse mesmo plano consta um parque de estacionamento público com 3 pisos na cave do edifício, que irá disponibilizar cerca de 200 lugares de estacionamento para automóveis particulares e motociclos, a fim de atenuar a procura naquela zona. A vida da população, o interesse público e as políticas públicas estão intimamente relacionadas, por isso, uma obra que não termina na data prevista vai surtir efeitos do tipo dominó. O referido projecto faz parte do plano de construção das 19 mil habitações públicas, e devia ter sido concluído em



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

finais de 2012, já se passou um ano desde a data prometida para a sua conclusão, portanto, o Governo, mais uma vez, não honrou a sua promessa. Para além disso, vai ter de continuar a atribuir o subsídio de renda provisório aos candidatos que esperam, com angústia, por uma habitação. É verdade que no decorrer das obras podem surgir problemas repentinos que podem levar a atrasos, no entanto, o Governo deve divulgar esses problemas assim como esclarecer as respectivas razões, não deve parar as obras e deixar que se fique sem saber quando é que as mesmas recomeçam.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. As referidas obras de cravação de estacas foram suspensas devido à preocupação com a segurança da estrutura do conhecido Edifício dos Funcionários Públicos, que tem já entre 40 a 50 anos e fica localizado ao lado do estaleiro de obras em causa, por receio de que possam surgir fissuras. Antes de terem tomado a decisão de demolir e reconstruir o bloco A do Edifício “D. Julieta Nobre de Carvalho” e o Edifício “D. Angélica Lopes dos Santos”, os serviços competentes deviam ter procedido a uma avaliação do impacto das obras nos edifícios ao redor. Fizeram isso? Porque é que o conhecido Edifício dos Funcionários Públicos, que tem já entre 40 a 50 anos, não foi incluído no plano de reconstrução?
2. O estaleiro de obras na Rua Central de Tóí San ocupa cerca de 3 000 m² e está rodeado de edifícios habitacionais. No entanto, ficou abandonado devido à suspensão, há já longo tempo, das obras. Isto afecta a vida quotidiana dos residentes da zona, mas o mais importante é o seguinte: se as 578 habitações sociais e respectivas instalações públicas não forem concluídas e não entrarem em funcionamento na data prevista, a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

concretização das políticas de habitação pública vai atrasar-se, para além de não poderem também concluir-se, com a maior brevidade, as instalações complementares naquela zona, nomeadamente, os lugares de estacionamento que são insuficientes. O que é que o Governo vai fazer com o plano de habitação pública na rua central de Tóí San? Quando é que vai prestar esclarecimentos sobre toda esta situação? A Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, o Gabinete de Desenvolvimento de Infra-estruturas, e o Instituto de Habitação são, respectivamente, responsáveis pela apreciação e autorização das plantas, construção, distribuição e gestão das habitações públicas. No entanto, os trabalhos encontram-se ainda a meio, então, qual é o serviço público responsável pela resolução desta situação?

3. Se as obras continuarem a arrastar-se, as 578 habitações não vão ser concluídas a tempo, e assim sendo, não se vai atingir o número de habitações sociais previstas no âmbito do plano das 19 mil habitações públicas. Os serviços competentes dispõem de outros terrenos para habitações sociais, a fim de poderem disponibilizar as fracções em falta?

13 de Janeiro de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da

Região Administrativa Especial de Macau

Chan Meng Kam